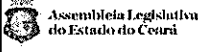
	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-01
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	ATA DE REUNIÃO	DATA REVISÃO:	24/01/2020


**ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO NA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.**

Às quinze horas e dez minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e vinte e dois, nos **Auditórios 2 e 4 – Deputado Almir Pinto e Deputado Abelardo Costa Lima e Sistema de Deliberação Remota – SDR**, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (**CCJR**), com a presença dos seguintes deputados(as): Augusta Brito (**presidiu a reunião**), Salmito, Juliocésar Filho, Moisés Braz, João Jaime, Osmar Baquit e Walter Cavalcante. Constatando número regimental, a presidente declarou abertos os trabalhos e passou à leitura dos itens da pauta na seguinte ordem: **I – Leitura, discussão e leitura da Ata da reunião anterior:** consideradas como lidas e colocadas em discussão e votação pela presidente, foram aprovadas Atas da 17ª Reunião Ordinária, 64ª e 65ª Reuniões Extraordinárias; **II – Expediente:** nada constou; **III – Ordem do Dia:** foram colocadas em discussão e votação as seguintes proposições e os respectivos pareceres: **1. Projeto de Lei Complementar n.º 17/2022, oriundo da Mensagem n.º 05/2022, de autoria do Ministério Público – “Altera dispositivos da Lei Complementar Estadual n.º 72, de 12 de dezembro de 2008, Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará.” (CCJR, CTASP, COFT).** Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Juliocésar Filho, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pela presidente, o parecer do relator foi aprovado; **2. Projeto de Lei Complementar n.º 18/2022, oriundo da Mensagem n.º 07/2022, de autoria do Ministério Público – “Altera a Lei Complementar Estadual n.º 72, de 12 de dezembro de 2008, Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará.” (CCJR, CTASP, COFT).** Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Juliocésar Filho, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pela presidente, o parecer do relator foi aprovado; **3. Mensagem n.º 111/2022, oriunda da Mensagem n.º 8.961, de autoria do Poder Executivo – “Dispõe sobre a estrutura, organização e competência do contencioso administrativo tributário, as regras relacionadas ao respectivo processo, inclusive por meio eletrônico, e dá outras providências.” (CCJR, CTASP, COFT).** Não houve regime de urgência. Vista solicitada pelo Deputado Carlos Matos em 09/08/2022. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Juliocésar Filho, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pela presidente, o parecer do relator foi aprovado; **4. Mensagem n.º 112/2022, oriunda da Mensagem n.º 8.962, de autoria do Poder Executivo – “Altera a Lei n.º 15.018, de 04 de outubro de 2011, que instituiu o Programa Estadual de Banda Larga e dispõe sobre a participação de empresas privadas e órgãos públicos na Exportação do Cinturão Digital do Ceará.” (CCJR, CCTES, CTASP, COFT).** Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Juliocésar Filho, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **5. Mensagem n.º 114/2022, oriunda da Mensagem**

	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-01
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	ATA DE REUNIÃO	DATA REVISÃO:	24/01/2020


### Ata da 18ª Reunião Ordinária da CCJR

**n.º 8.965, de autoria do Poder Executivo** – “Altera a Lei n.º 18.091, de 2 de junho de 2022, que cria o Conselho Estadual dos Direitos da População em situação de Rua e em superação da situação de Rua.” (**CCJR, CTASP, COFT**). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Juliocésar Filho, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pela presidente, o parecer do relator foi aprovado; **6. Mensagem n.º 115/2022, oriunda da Mensagem n.º 06/2022, de autoria do Ministério Público** – “Altera a Lei n.º 16.300, de 03 de agosto de 2017, que dispõe sobre a criação de cargos na estrutura e na composição do quadro de pessoal do Ministério Público do Estado do Ceará, a que se refere o art. 5º, alínea ‘b’, da Lei Estadual n.º 14.043, de 21 de dezembro de 2007.” (**CCJR, CTASP, COFT**). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Juliocésar Filho, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pela presidente, o parecer do relator foi aprovado. **A presidente da reunião, Deputada Augusta Brito, teve que ausentar-se da reunião, e assumiu então os trabalhos o Deputado Juliocésar Filho.** **7. Projeto de Lei n.º 07/2020, de autoria do Deputado Marcos Sobreira** – “Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação de documento de identidade no pagamento das despesas com cartões de crédito e débito, e dá outras providências.” (**CCJR, CDC, CICTS**). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. O relator, Deputado João Jaime, também emitiu parecer contrário. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado. Rejeitada a matéria; **8. Projeto de Lei n.º 243/2020, de autoria do Deputado Walter Cavalcante** – “Dispõe sobre a criação do canal digital que ficará hospedado no site da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará denominado a voz da população e dá outras providências.” (**CCJR, CCTES, CTASP, COFT**). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. O relator, Deputado João Jaime, também emitiu parecer contrário. Retirado de pauta pela presidente a pedido do autor da matéria; **9. Projeto de Lei n.º 473/2021, de autoria do Deputado Rafael Branco** – “Considera de utilidade pública a União Protetora dos Animais e Meio Ambiente – UPAMA, Estado do Ceará.” (**CCJR**). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. A relatora, Deputada Augusta Brito, emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer da relatora foi aprovado; **10. Projeto de Lei n.º 99/2022, de autoria do Deputado Leonardo Araújo** – “Cria, no âmbito do Estado do Ceará, o corredor cultural.” (**CCJR**). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. A relatora, Deputada Augusta Brito, também emitiu parecer contrário. Colocado em discussão e votação, o parecer da relatora foi aprovado. Rejeitada a matéria; **11. Projeto de Lei n.º 136/2022, de autoria do Deputado Leonardo Araújo** – “Cria, no âmbito do Estado do Ceará, o Programa Inclusão Edwards.” (**CCJR, CDHC, CE, CSSS, CTASP, COFT**). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. A relatora, Deputada Augusta Brito, também emitiu parecer contrário. Colocado em discussão e votação, o parecer da

	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-01
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	ATA DE REUNIÃO	DATA REVISÃO:	24/01/2020


### Ata da 18ª Reunião Ordinária da CCJR

relatora foi aprovado. Rejeitada a matéria; **12. Projeto de Lei n.º 159/2022, de autoria do Deputado Guilherme Landim** – “Denomina de Josué Ferreira de Souza, a areninha construída no Município de Jati/CE.” (CCJR). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Osmar Baquit, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **13. Projeto de Lei n.º 193/2022 de autoria do Deputado Nelinho** – “Altera os dispositivos da Lei Estadual n.º 14.892, de 31 de março de 2011, para incluir a agricultura familiar, a agricultura irrigada sustentável e as fontes de energia renováveis nas diretrizes da política estadual de educação ambiental do Estado do Ceará.” (CCJR, CA, CE, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Vista solicitada pelo Deputado Carlos Matos em 09/08/2022. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Salmite, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **14. Projeto de Lei n.º 242/2022, de autoria do Deputado Antônio Granja** – “Institui o Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola – PBEDCE.” (CCJR, CE, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. O relator, Deputado João Jaime, também emitiu parecer contrário. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado. Rejeitada a matéria; **15. Projeto de Lei n.º 244/2022 de autoria do Deputado Leonardo Araújo** - “Acrescenta os §§1º e 2º ao art. 1º da Lei Estadual Nº 16.334/17.” (CCJR). Não houve regime de urgência. Solicitado vista pelo Deputado Carlos Matos em 09/08/2022. Procuradoria emitiu parecer contrário. O relator, Deputado João Jaime, também emitiu parecer contrário. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado. Rejeitada a matéria; **16. Projeto de Lei n.º 272/2022, de autoria do Deputado Agenor Neto** – “Considera de utilidade pública a associação comunitária do bairro Santa Luzia, com sede no Município de Guaraciaba do Norte/CE.” (CCJR). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado João Jaime, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **17. Projeto de Indicação n.º 68/2022, de autoria do Deputado Dr. Carlos Felipe** – “Cria o Selo Empresa Amiga da Mulher, no âmbito do Estado do Ceará, e dá outras providências.” (CCJR, CDHC, CICTS, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. A relatora, Deputada Augusta Brito, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer da relatora foi aprovado; **18. Projeto de Indicação n.º 106/2022, de autoria do Deputado Romeu Aldigueri** – “Indica a criação da campanha ‘nasce uma criança, planta-se uma árvore’ no âmbito do Estado do Ceará.” (CCJR, CMADS, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Osmar Baquit, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **19. Projeto de Indicação n.º 164/2022, de autoria do Deputado Tony Brito** – “Dispõe sobre as medidas de prevenção, diagnóstico precoce e informação sobre o câncer infantojuvenil no âmbito do Estado

 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-01
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	ATA DE REUNIÃO	DATA REVISÃO:	24/01/2020


### Ata da 18ª Reunião Ordinária da CCJR

do Ceará.” (CCJR, CSSS, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Leonardo Araújo, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **20. Projeto de Indicação n.º 165/2022, de autoria do Deputado Soldado Noélio** – “Dispõe sobre a alteração do caput do art. 1º da Lei 12.568/1996 institui a gratuidade do transporte público estadual para pessoas com o transtorno do espectro autista.” (CCJR, CDHC, CVTDU, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado João Jaime, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **21. Projeto de Indicação n.º 166/2022, de autoria do Deputado Soldado Noélio** – “Institui a política de estímulo à utilização de gás natural veicular pelos taxistas e motoristas de aplicativo GNV social.” (CCJR, CVTDU, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Leonardo Araújo, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **22. Projeto de Indicação n.º 174/2022, de autoria da Deputada Érika Amorim** – “Dispõe sobre a implantação de centros multidisciplinares de atendimento, nas macrorregiões de saúde, para crianças e adolescentes com doenças raras no âmbito do Estado do Ceará.” (CCJR, CIA, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Leonardo Araújo, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **23. Projeto de Indicação n.º 177/2022, de autoria do Deputado Antônio Granja** – “Institui o Programa Estadual de Identificação e Acompanhamento Educacional aos alunos com epilepsia na rede estadual de ensino no âmbito do Estado do Ceará.” (CCJR, CE, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado João Jaime, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **24. Projeto de Indicação n.º 184/2022, de autoria do Deputado Bruno Pedrosa** – “Implantação do Projeto Road Show Huawei Solar no âmbito do Estado do Ceará.” (CCJR, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado João Jaime, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **25. Projeto de Indicação n.º 187/2022, de autoria do Deputado Tony Brito** – “Dispõe sobre a implantação de núcleos de orientação jurídica nas comunidades, no âmbito do Estado do Ceará.” (CCJR, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado João Jaime, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **26. Projeto de Indicação n.º 188/2022, de autoria da Deputada Augusta Brito** – “Institui a isenção de taxas para retificação de nomes civis e gênero de pessoas transgênero, travestis, intersexuais ou não-binárias.” (CCJR, CICTS, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. O relator,

 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-01
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	ATA DE REUNIÃO	DATA REVISÃO:	24/01/2020

### Ata da 18ª Reunião Ordinária da CCJR

Deputado João Jaime, também emitiu parecer contrário. Retirado de pauta pelo presidente a pedido da autora da matéria; **27. Projeto de Indicação n.º 190/2022, de autoria do Deputado Carlos Matos** – “Cria o Programa Luz Verde, no âmbito do Estado do Ceará, e dá outras providências.” (**CCJR, CTASP, COFT**). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado João Jaime, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **28. Projeto de Indicação n.º 191/2022, de autoria do Deputado Carlos Matos** – “Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Saúde Mental e Atenção Psicossocial Pós-Pandemia, e dá outras providências.” (**CCJR, CSSS, CTASP, COFT**). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado João Jaime, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado. **Na sequência, a presidente, Deputada Augusta Brito, solicitou inclusão de pauta. Após a aprovação pelos deputados presentes, passou à apreciação, discussão e votação das seguintes proposições e os respectivos pareceres: 29. Mensagem n.º 113/2022, oriunda da Mensagem n.º 8.964, de autoria do Poder Executivo** – “Cria a Política Estadual de Conservação e o Uso Sustentável dos Recursos do Mar - PERM como instrumento de proteção dos ecossistemas marinhos e desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará, e dá outras providências.” (**CCJR, CMADS, CTASP, COFT**). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Juliocésar Filho, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **30. Mensagem n.º 116/2022, oriunda da Mensagem n.º 8.966, de autoria do Poder Executivo** – “Dispõe sobre o Índice Municipal de Qualidade da Educação – IQE para fins do disposto na Lei n.º 12.612, de 7 de agosto de 1996, em relação ao exercício de 2022.” (**CCJR, CE, CTASP, COFT**). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Juliocésar Filho, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **31. Mensagem n.º 117/2022, oriunda da Mensagem n.º 8.967, de autoria do Poder Executivo** - “Institui o Programa de Apoio às Unidades de Conservação Municipais no Estado do Ceará, e dá outras providências.” (**CCJR, CTASP, COFT**). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Juliocésar Filho, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **32. Mensagem n.º 118/2022, oriunda da Mensagem n.º 8.969, de autoria do Poder Executivo** – “Altera a Lei n.º 13.344, de 23 de julho de 2003, que dispõe sobre o Conselho Estadual do Turismo, e dá outras providências.” (**CCJR, CICTS, CTASP, COFT**). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Juliocésar Filho, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **33. Projeto de Lei n.º 314/2022, de autoria do Deputado Sérgio Aguiar** – “Dispõe sobre a inclusão como tema transversal, Direito e Cidadania, na matriz -----

 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-01
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	ATA DE REUNIÃO	DATA REVISÃO:	24/01/2020

### Ata da 18ª Reunião Ordinária da CCJR

curricular complementar das escolas públicas mantidas pelo Governo do Estado do Ceará." (CCJR, CE, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Osmar Baquit, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidente declarou encerrada a reunião. E, para constar, eu, Francypaula Carolino Barbosa França \_\_\_\_\_, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim, pela Presidente, Deputada Augusta Brito \_\_\_\_\_, e pelos demais deputados presentes.

Deputado Salmito \_\_\_\_\_

Deputado Juliocésar Filho \_\_\_\_\_

Deputado Moisés Braz \_\_\_\_\_

Deputado João Jaime \_\_\_\_\_

Deputado Osmar Baquit \_\_\_\_\_